

DIÁRIO DE CLASSE



Informativo do Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Curitiba

226 | junho 2016 | Gestão "Novos Rumos" | CME

UNIÃO E MOBILIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

são imprescindíveis para enfrentar retirada de direitos



Organizar a luta contra os ataques da Prefeitura, do governo federal e de empresários contra os direitos dos trabalhadores **págs. 6 e 7**

FALTA DE SEGURANÇA

Confira o que a sua escola pode fazer!  **pág. 3**

PREVIDÊNCIA

Governo quer aumentar idade para aposentadoria  **pág. 4**

ICS E IPMC

Crise serve de desculpa para ataques  **pág. 12**



EDITORIAL

Ataques à classe trabalhadora atingem o magistério de Curitiba

Chegamos na metade do ano de 2016 e o cenário de crise econômica e política que se desenha coloca a conta gerada pela elite econômica, por empresários e banqueiros, nas costas da classe que tudo produz e pouco, ou quase nada, usufrui: a classe trabalhadora.

Diante dos gigantescos ataques aos trabalhadores, sabemos que somente a nossa luta será capaz de barrar a ameaça de retirada de direitos. Como a Reforma da Previdência e a proposta de desvinculação que retira a obrigação de investir percentuais determinados em saúde e educação.

A mídia burguesa apregoa aos quatro ventos que a solução para a crise é a Reforma da Previdência. Tentam convencer as trabalhadoras e trabalhadores de que o sistema previdenciário é deficitário e insustentável. Não podemos acreditar nessa mentira, por mais que seja tantas vezes repetida!

Estudo realizado pela Associação dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) prova que a Previdência Social arrecada mais do que gasta desde 2006. O suposto déficit anunciado, na verdade, se deve à utilização desses recursos para pagar outras despesas do governo federal. Em 2014, último ano analisado pelo estudo, o superávit chegou a R\$ 54 bilhões.

Vemos pelo Brasil afora diferentes categorias da nossa classe em luta pela garantia de direitos, enfrentando patrões e governos. Para nós, do magistério, também não é diferente. **As nossas vitórias foram e sempre serão do tamanho de nossas mobilizações e lutas!**

Enfrentamos agora a manobra da Prefeitura que, sem dialogar com os servidores, enviou projeto à Câmara Municipal para parcelar até 2021 a dívida com o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Curitiba (IPMC). Ao mesmo tempo, a administração municipal também tenta reduzir os repasses destinados ao Instituto Curitiba de Saúde (ICS). **Para frear essas ameaças, teremos que intensificar a pressão como fizemos no ano passado!**

Depois de dois meses de estudos e discussões referentes às reivindicações específicas do magistério, nossa Pauta Geral de Reivindicações foi aprovada em assembleia e protocolada na Prefeitura. Confirma também na página 5 como tem sido as negociações da Pauta Prioritária.

Nesta edição do jornal Diário de Classe, você verá mais uma matéria da campanha sobre a Falta de Segurança nas Escolas. Nesta reportagem, mostramos os dados do levantamento feito pelo SISMMAC e apontamos a necessidade de enfrentar de forma coletiva o problema da violência, que é gerada pela divisão da sociedade em classes e se expressa também no espaço escolar.

Não deixe de conferir a luta das aposentadas e aposentados pela implantação do novo Plano de Carreira na página 9!



● Ameaça de Reforma da Previdência e dívida do prefeito com o IPMC apontam necessidade de organizar a luta em defesa de nosso direito à aposentadoria

PRESTAÇÃO DE CONTAS

MARÇO/2016

SALDO DO MÊS DE FEVEREIRO/2016		Assistência médica	7.331,66
SALDO BANCÁRIO	176.328,82	13° salário	732,79
CAIXA INTERNO	202,40	Cursos especialização	375,00
SALDO POUPANÇA	50.681,69	Plano odontológico	500,70
FUNDO DE GREVE	670.843,78	Seguro de vida	198,87
APLICAÇÃO PARA COMPRA DA SEDE	879.000,00	Cesta/páscoa-natal	438,38
TOTAL	1.777.056,69	Jurídico	
DEMONSTRATIVO DE RECEITAS DE MARÇO DE 2016		Gastos processuais	81,00
Mensalidades Associados	236.437,18	Sede	
Outros	6.386,25	Material de consumo/limpeza e conserva	1.367,90
TOTAL RECEITA	242.823,43	Material de escritório	3.160,31
DEMONSTRATIVO DE DESPESAS DE MARÇO DE 2016		Manutenção e reparos	18.114,20
Informática		Aluguel/PTU	8.948,54
Hospedagem/site/internet	631,00	Comunicação	
Internet/Onda	19,82	Jornal/cartazes/folders	5.710,00
Manutenção	205,48	Diagramação/arte final	1.850,00
Aquisições		Telefone	
Impressora	1.200,00	GVT	581,83
Livros/Revistas	154,40	TIM	1.785,09
Móveis e utensílios	5.883,33	Copel telecomunicações - internet	369,90
Assessorias e Serviços		Transporte	
Diesse	742,03	Transporte ativ. sindicais	262,50
Honorários Advocáticos	8.553,93	Veículos	
Contabilidade	2.040,67	Combustível	1.178,38
Locação copiadora	640,00	Desgaste /combustível	864,30
Empresa de segurança	116,71	Estacionamento	799,50
Assinaturas	55,10	Estar	108,00
Auxílios		Manutenção	1.660,60
Diretoria/alimentação	2.339,23	Seguro Gol	969,21
Bolsa/Estagiário jurídico	1.104,54	IPVA/Taxas Detran	68,10
Diretoria/Transporte	1.465,20	Tarifas Bancárias	135,96
Transporte/serviços internos	26,00	Apoio a outros movimentos	
Transporte/estagiário	169,40	Chapa 1 - Resistência com a Base	4.000,00
Correio	2.775,15	Sindicato dos Sapateiros de Franca	2.000,00
Energia Elétrica/COPEL	674,10	Coletivo Outros Outubro Virão	1.000,00
Encargos	17.686,37	Sintcom-PR	2.000,00
Sanepar	170,29	Oposição ao Sindicato dos Bancários do DF	2.446,90
Eventos		Trabalhadores da MABE/SP	1.044,36
Seminários/palestras	748,41	TOTAL DESPESAS	190.109,29
Reuniões específicas	214,38	SALDO ATUAL	
Coletivo dos aposentados	101,51	SALDO BANCÁRIO	187.250,36
Eventos CNTE	8.984,60	CAIXA INTERNO	523,52
Conselho de representantes	304,54	SALDO POUPANÇA	80.983,84
Campanha de lutas	32.522,95	FUNDO DE GREVE	697.668,93
Trabalhadores		APLICAÇÃO PARA COMPRA DA SEDE	898.000,00
Salários e aux. transporte e alimentação	30.496,17	SALDO ATUAL	1.864.426,65

* O apoio a outros movimentos faz parte da política aprovada no último Congresso do SISMMAC. A contribuição mensal de 6,2%, que antes era destinada à CUT, passou a ser utilizada como apoio financeiro para movimentos que atuam de acordo com os princípios da organização por local de trabalho, formação política, autonomia em relação a partidos políticos e independência frente a patrões e governos.

Tabela de Vencimentos do Magistério de Curitiba - Abri/2016 (reajuste de 10,36%)

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	
Parte Especial	100	1.265,48	1.300,91	1.337,33	1.374,78	1.413,27	1.452,85	1.493,53	1.535,34	1.578,33
	101	1.622,53	1.667,96	1.714,66	1.762,67	1.812,03	1.862,76	1.914,92	1.968,54	2.023,66
	102	2.080,32	2.138,57	2.198,45	2.260,00	2.323,28	2.388,34	2.455,21	2.523,96	2.594,63
	103-PMI	2.667,28	2.741,96	2.818,74	2.897,66	2.978,79	3.062,20	3.147,94	3.236,08	3.326,69
	104-PMI	3.419,84	3.515,60	3.614,03	3.715,23	3.819,25	3.926,19	4.036,13	4.149,14	4.265,31
Parte Permanente - Graduação	103	--	--	--	--	--	--	--	--	--
	104	--	1.918,15	1.971,85	2.027,07	2.083,82	2.142,17	2.202,15	2.263,81	2.327,20
	105	2.392,36	2.459,35	2.528,21	2.599,00	2.671,77	2.746,58	2.823,48	2.902,54	2.983,81
	106	3.067,36	3.153,24	3.241,53	3.332,30	3.425,60	3.521,52	3.620,12	3.721,48	3.825,69
	107-PMI	3.932,81	4.042,92	4.156,13	4.272,50	4.392,13	4.515,11	4.641,53	4.771,49	4.905,09
Parte Permanente - Especialização	108-PMI	5.042,44	5.183,63	5.328,77	5.477,97	5.631,36	5.789,03	5.951,13	6.117,76	6.289,05
	109-PMI	6.465,15	6.646,17	6.832,27	7.023,57	7.220,23	7.422,40	7.630,22	7.843,87	8.063,50
	110-PMI	8.289,27	8.521,37	8.759,97	9.005,25	9.257,40	9.516,61	9.783,07	10.057,00	10.338,59
	107	1.673,59	1.720,45	1.768,62	1.818,14	1.869,05	1.921,38	1.975,18	2.030,49	2.087,34
	108	2.145,79	2.205,87	2.267,63	2.331,13	2.396,40	2.463,50	2.532,47	2.603,38	2.676,28
Parte Permanente - Mestrado	109	2.751,21	2.828,25	2.907,44	2.988,85	3.072,54	3.158,57	3.247,01	3.337,92	3.431,38
	110	3.527,46	3.626,23	3.727,77	3.832,14	3.939,44	4.049,75	4.163,14	4.279,71	4.399,54
	111-PMII	4.523,73	4.649,36	4.779,55	4.913,37	5.050,95	5.192,38	5.337,76	5.487,22	5.640,86
	112-PMII	5.798,81	5.961,17	6.128,08	6.299,67	6.476,06	6.657,39	6.843,80	7.035,43	7.232,42
	113-PMII	7.434,92	7.643,10	7.857,11	8.077,11	8.303,27	8.535,76	8.774,76	9.020,45	9.273,03
Parte Permanente - Doutorado	114-PMII	9.532,67	9.799,59	10.073,97	10.356,05	10.646,01	10.944,10	11.250,54	11.565,55	11.889,39
	111	1.924,62	1.978,51	2.033,91	2.090,86	2.149,40	2.209,59	2.271,46	2.335,06	2.400,44
	112	2.467,65	2.536,75	2.607,77	2.680,79	2.755,85	2.833,02	2.912,34	2.993,89	3.077,72
	113	3.163,89	3.252,48	3.343,55	3.437,17	3.533,41	3.632,35	3.734,05	3.838,61	3.946,09
	114	4.056,58	4.170,16	4.286,93	4.406,96	4.530,36	4.657,21	4.787,61	4.921,66	5.059,47
Parte Permanente - Doutorado	115-PMIII	5.201,13	5.346,76	5.496,47	5.650,37	5.808,58	5.971,22	6.138,42	6.310,29	6.486,98
	116-PMIII	6.668,62	6.855,34	7.047,29	7.244,61	7.447,46	7.655,99	7.870,36	8.090,73	8.317,27
	117-PMIII	8.550,15	8.789,56	9.035,67	9.288,66	9.548,75	9.816,11	10.090,96	10.373,51	10.663,97
	118-PMIII	10.962,56	11.269,51	11.585,06	11.909,44	12.242,90	12.585,70	12.938,10	13.300,37	13.672,78
	500	2.213,32	2.275,30	2.339,01	2.404,50	2.471,82	2.541,04	2.612,18	2.685,33	2.760,51
501	2.837,81	2.917,27	2.998,95	3.082,92	3.169,24	3.257,98	3.349,21	3.442,98	3.539,39	
502	3.638,49	3.740,37	3.845,10	3.952,76	4.063,44	4.177,21	4.294,18	4.414,41	4.538,02	
503	4.665,08	4.795,70	4.929,98	5.068,02	5.209,93	5.355,81	5.505,77	5.659,93	5.818,41	
504	5.981,32	6.148,80	6.320,97	6.497,95	6.679,90	6.866,93	7.059,21	7.256,87	7.460,06	
505	7.668,94	7.883,67	8.104,41	8.331,34	8.564,61	8.804,42	9.050,95	9.304,37	9.564,90	
506	9.832,71	10.108,03	10.391,05	10.682,00	10.981,10	11.288,57	11.604,65	11.929,58	12.263,61	
507	12.606,99	12.959,99	13.322,87	13.695,91	14.079,39	14.473,61	14.878,88	15.295,48	15.723,76	

EXPEDIENTE

SINDICATO DOS SERVIDORES DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE CURITIBA Rua Nunes Machado, 1577, Rebouças - Curitiba/PR, CEP. 80.220-070 Fone/Fax: (41) 3225-6729 | Gestão "Novos Rumos" (2014-2017) www.sismmac.org.br | **Direção liberada:** Adriano Vieira, Andressa Fochesatto, Francielli Costa, Gabriel Conte, Raquel Soares, Siomara Kulichski, Viviane Bastos Pampu, Wagner Argenton, Wagner Batista.

Direção que permanece nas escolas: Carline Costa, Danielle Kristine Menezes Faria, Dulce Chaves, Gabriela Dallago, Genny Maria Dallago, João Antonio Rufato, Julia Bueno, Luana Crestani, Luiz Jose Vernizi, Karla Ferri, Marco Antonio Barbosa Mafra, Mariana Navarro, Pedro de Alcântara, Rafael Alencar Furtado, Rosana Almeida, Rosane Lisian Vasconcellos, Samara da Rosa Costa, Suyan Ayala, Vanessa Schivinski Mamoré.

Equipe de Comunicação: Thaise Mendonça (DRT 8696/PR), Dalane Santos (DRT 10051/PR) e Bruno Calzavara
Projeto gráfico, ilustração e diagramação: Ctrl S Comunicação | Simon Taylor (www.ctrlscomunicacao.com.br)

REALIDADE DA ESCOLA

Falta de Segurança nas Escolas: O QUE FAZER?

Violência não é inerente à escola, e sim reflexo de uma sociedade de classes antagônicas

A violência é um dos mais cruéis reflexos de uma sociedade baseada na desigualdade. Uma vez que a falta de segurança generalizada chega até as escolas, o SISMMAC se debruçou sobre o assunto nas últimas semanas em um especial de matérias no site que teve como objetivo traçar um panorama de como os CMEIs e escolas de Curitiba são impactados pela violência diariamente.

O levantamento realizado pelo Sindicato com todas as unidades da rede revelou que o vandalismo é a forma de violência mais presente nas escolas: a maioria delas (51,3%) apresentam pichação ou sofreram depredação neste ano. O furto de equipamentos também é significativo, com mais de 135 ocorrências nas 185 unidades até meados de maio.

Assaltos na redondeza e furtos de car-

ros e peças de veículos atingiram 25% das escolas. Tendo em vista os números, uma reivindicação de professores e funcionários é a volta da Guarda Municipal, que se afastou das unidades à medida que uma empresa privada passou a “zelar” pela segurança dos locais. A presença da Guarda e o contrato com a empresa privada G5 também foram objeto de discussão nos textos produzidos para o Especial.

NÃO EXISTE SOLUÇÃO RÁPIDA E FÁCIL

► Diante das estatísticas e do debate, uma questão aparece: o que fazer para melhorar a situação? Para a professora Graziela Lucchesi da Silva, do Departamento de Psicologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o caminho é desnaturalizar a violência, e deixar de olhar cada caso de forma individual. “A violência não é inerente à escola, e sim o reflexo de uma sociedade de classes antagônicas”, explica. Segundo ela, ter consciência de que essas são as origens da violência é condição necessária para que sejam formuladas propostas coletivas de enfrentamento do problema.

O ponto mais importante a ser esclarecido é que não existe solução imediata para a questão. Na Pauta Geral de

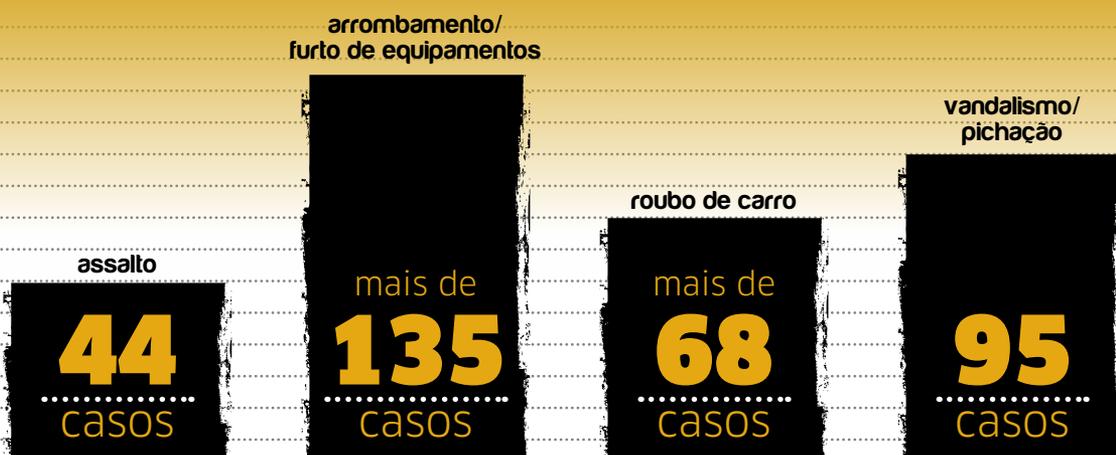
Reivindicações, o magistério aprovou tópicos relacionados ao aumento da vigilância, que pretende amenizar os casos de violência a curto prazo. As demandas incluem a permanência de um guarda municipal por unidade escolar em todos os horários de funcionamento, o controle de trânsito junto ao órgão responsável (Setran) no horário de entrada e saída das aulas e a instalação de interfones em todas as escolas, além da solicitação para rever o contrato com a empresa G5, que hoje não atende à demanda de segurança nas unidades escolares. No entanto, os pedidos citados acima são apenas paliativos e de forma alguma serão suficientes para acabar com a violência nos arredores das escolas.

O ENVOLVIMENTO COM A COMUNIDADE AO REDOR É ESSENCIAL

► O primeiro passo para que ocorrências desse tipo diminuam diz respeito ao envolvimento mais próximo da comunidade com a escola. De acordo com a professora Tania Maria Rechia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), que há mais de 15 anos estuda o tema da indisciplina e violência escolar, deve haver um movimento nos dois sentidos. Se por um lado a gestão da escola precisa estar próxima da comunidade na cobrança de melhorias na infraestrutura do bairro, por outro a participação da comunidade em decisões aparentemente simples como a cor usada para pintar os muros da escola ajuda a diminuir os índices de violência.

De fato, o levantamento realizado pelo Sindicato verificou uma ligação direta entre ações com a comunidade e a ausência de questões de vandalismo e depredação. Algumas unidades contam com o projeto Comunidade Escola, que disponibiliza espaços como a quadra de esportes para o lazer da vizinhança durante o final de semana. Em outras, os muros externos receberam desenhos de graffiti e nunca mais foram alvo de pichação. A união com os pais de alunos na reivindicação de melhorias para todos, como é o caso da presença da Guarda Municipal, também fortalece o senso de comunidade e auxilia na mobilização.

Tipos de violência mais comuns nas escolas



* Caso a unidade em que você atua seja vítima de um desses tipos de violência, a recomendação é notificar a ocorrência

para o SISMMAC (por meio de um membro da Direção) e diretamente ao gabinete da Secretaria Municipal de Educação, no telefone 3350-8484.





ANÁLISE DE CONJUNTURA

Plano Temer: construir a ponte para o futuro sobre os pilares do passado



Por baixo da ponte, enxurrada desenfreada de medidas que buscam retirar direitos duramente conquistados pelos trabalhadores

Sem nenhum sinal de melhoria e com a justificativa de tirar o país da crise econômica, o governo interino de Michel Temer, do PMDB, oficializou seu pacote contra a classe trabalhadora: Reforma da Previdência, alteração da CLT, liberação total da terceirização, privatização das estatais, desvinculação de receitas obrigatórias pra saúde e educação. Algu-

mas destas medidas foram gestadas ainda no governo Dilma.

Até agora, nenhuma novidade! Até porque a história só surpreende aos que da história nada entendem. A diferença deste governo em relação ao anterior está na forma mais agressiva e no ritmo que se acelera para tentar impor a redução de direitos.



VEJA O QUE ESTÁ EM JOGO COM A PROPOSTA DE REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Ataques propostos pelo governo:

- ▶ Aumentar idade mínima para aposentadoria
- ▶ Igualar a idade de aposentadoria entre homens e mulheres
- ▶ Fim do reajuste das aposentadorias iguais ao salário-mínimo

O que acontecerá na prática:

- ▶ Aumento da idade mínima para homens e mulheres em cinco anos ou mais
- ▶ As mulheres terão que trabalhar o mesmo tempo que os homens para se aposentar
- ▶ Novas regras atingirão também quem está prestes a se aposentar
- ▶ Congelamento do reajuste das aposentadorias

O que significa isso pra Educação:

- ▶ Fim da aposentadoria especial que hoje é: 25 anos de contribuição e 50 de idade para professoras, 30 anos de contribuição e 55 de idade para professores

A proposta é aumentar a idade para aposentadoria de todos os trabalhadores e igualar os critérios exigidos de homens e mulheres. Isso ignora que as trabalhadoras, além dos salários menores, acumulam também a sobrecarga imposta pelo trabalho doméstico. A proposta prevê ainda desvincular o reajuste das aposentadorias do reajuste do salário-mínimo, o que afeta quem já está aposentado.

O governo Temer também quer limitar os gastos públicos, desvinculando as receitas obrigatórias para saúde e educação. Ou seja, quer liberar mais dinheiro público para pagamento da dívida e para garantir os investimentos de uma pequena parcela endinheirada da população. Além disso, querem ampliar e aprofundar as privatizações, tentando a todo custo transformar o público em mercadoria lucrativa para grupos milionários. O ministro da educação Mendonça Filho propõe cobrança de mensalidade nas universidades públicas, o que libera caminho para transferência da educação pública para entidades que se dizem sem fins lucrativos.

Esse governo tenta se mostrar como o novo, mas é mais do mesmo. É uma



● Greves gerais contra a reforma trabalhista paralisaram a França nos dias 31 de março, 28 de abril e 26 de maio

junção dos partidos representantes dos patrões, todos eles chafurdados em corrupção, que tentam acelerar a retirada de direitos e piorar ainda mais as condições de vida e trabalho da classe trabalhadora.

Mesmo diante desses ataques, as centrais sindicais oportunistas preferem negociar migalhas em vez de unificar a luta das diversas categorias e setores em movimento. Priorizam os acordos de gabinete, ignorando o crescente número de greves desde as manifestações de 2013 e também a intensa mobilização de estudantes que ocu-

pam escolas em várias cidades do Brasil.

Além das fronteiras do país, o movimento dos trabalhadores aumenta! Na França e na Bélgica, greves massivas e passeatas se espalham. Aumentam as lutas contra os pacotes de austeridade dos governos que também tentam uma reforma trabalhista com o objetivo de aumentar a jornada, reduzir salários e direitos.

Lá e aqui o caminho deve ser um só! Unificar as lutas das trabalhadoras e trabalhadores do país.

Para enfrentar esses ataques, é preciso que os trabalhadores organizem a resistência a partir dos locais de trabalho, sem ilusões e com independência total frente ao governo: seja ele dirigido por Temer, Dilma ou fruto de novas eleições realizadas num sistema eleitoral organizado para manter tudo como está.

Além de construir as lutas do magistério municipal, devemos também nos dedicar à construção de uma unidade na ação com os demais trabalhadores para barrar esses ataques. **A conta dessa crise não é nossa!** Essa é a nossa principal defesa: nossa organização e união com os demais trabalhadores.

PAUTA PRIORITÁRIA

Negociações da Pauta Prioritária do magistério seguem sem avanços

Ao longo do mês de maio aconteceram duas reuniões de negociação com a Prefeitura. O calendário previa que as negociações prioritárias seriam finalizadas no dia 19 de maio. Entretanto, a gestão do prefeito Gustavo Fruet, mais uma vez, demonstrou o seu descaso para com os profissionais do magistério tanto no que diz respeito ao atendimento das reivindicações

quanto ao cumprimento do calendário de negociação estabelecido pela própria administração.

A Prefeitura não se dispôs a negociar as reivindicações mais sentidas pela categoria. E, além disso, até a data do fechamento desta edição do Jornal Diário de Classe, as reivindicações referentes ao Instituto Curitiba de Saúde (ICS) e ao Instituto de Previdência do Município de Curitiba

(IPMC) não haviam sido discutidas. Isso porque na data prevista para essa negociação, no dia 19 de maio, os representantes do ICS não compareceram e os membros do IPMC pediram uma nova data para discutir os itens referentes ao Instituto.

É importante salientar que a Pauta foi entregue em fevereiro, com antecedência suficiente para que as negociações ocorressem dentro do previsto.

Confira alguns itens debatidos nas últimas reuniões

Hora-atividade

► Os 33,33% de hora-atividade que avançaram nesses últimos anos para os professores que atuam nas escolas ainda são uma realidade muito distante nas unidades de educação infantil. Apesar disso, a administração municipal não apresentou nenhuma ação concreta para a solução deste problema, que voltará a ser abordado na pauta específica da educação infantil.

A hora-atividade para pedagogas será debatida pela comissão formada para revisar o dimensionamento e as atribuições do pedagogo. Já para os profissionais da educação especial e de apoio à inclusão esse ponto deverá ser abordado nas negociações específicas da educação especial. Entendemos que os 33,33% de hora-atividade são uma conquista importante para a qualidade da educação, uma vez que preveem tempo para planejamento das aulas e para a formação continuada em serviço e que devemos lutar para a ampliação deste percentual para 50%.

Gratificação Técnica Especial

► Outra reivindicação não atendida diz respeito à anulação do decreto 899/2015, que instituiu a gratificação técnica para projetos pedagógicos e programas, como o Comunidade Escola. A administração alegou que não mexerá nesse decreto este ano pois isso implicaria alterar a legislação do Regime Integral de Trabalho (RIT), uma vez que a lei prevê que o professor RIT não pode fazer horas-extras.

Entendemos que esse decreto é inconstitucional, pois essa gratificação deveria constar em uma lei. O SISMMAC entrou com uma ação judicial exigindo a anulação do decreto, para que o trabalho nesses projetos volte a ser pago como hora-extra e Descanso Semanal Remunerado (DSR). Nessa mesma ação, exigimos que seja restituída a diferença do valor que foi pago como gratificação e que deveria ter sido remunerada como hora-extra ou DSR.

Perícia Médica:

► Nossa principal reivindicação diz respeito à melhoria na qualidade do atendimento e da estrutura física da Perícia Médica. Em 2015, aconteceram algumas reuniões entre o SISMMAC e a SMRH pra tratar dessas reivindicações. Este ano, a Prefeitura afirmou que está promovendo uma reestruturação da Perícia, com uma revisão no modelo de prioridades de atendimento, providenciando atendimentos por agendamento e também a ampliação da perícia externa. Entretanto, nenhum prazo foi dado para a efetivação dessas mudanças.

Faltas de Greve

► Cobramos a retirada da anotação das faltas da greve dos dias 11 e 12 de agosto de 2014 da ficha funcional dos professores. De acordo com a administração municipal, a secretária de Recursos Humanos, Meroujy Cavet, deverá negociar a reivindicação até o final do primeiro semestre.

Confira as atas das negociações no site do SISMMAC:
WWW.SISMMAC.ORG.BR

A NOSSA LUTA É TODO DIA!

2016 se mostra tão difícil quanto anunciava, mas **JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!**

Prefeitura impõe duras perdas ao magistério e ao conjunto dos trabalhadores de Curitiba, precisamos enfrentar esses ataques com luta e mobilização

Logo mais, o primeiro semestre de 2016 se encerra e precisamos fazer o balanço do que conseguimos avançar e dos retrocessos impostos pela Prefeitura contra os direitos dos trabalhadores.

A gestão do prefeito Gustavo Fruet atrasou o pagamento do crescimento vertical, não pagou os retroativos da correção das distorções de 2001 aos aposentados, está tentando parcelar a dívida que a Prefeitura tem com o IPMC e também descumprir a lei do ICS (confira mais informações na página 12).

A Prefeitura economizou seis meses ao adiar o pagamento do crescimento vertical para julho, sem os retroativos ao mês de janeiro. A direção do SISMMAC disponibilizou um simulador no site do Sindicato para que a categoria confira em números o quanto deixou de receber com essa manobra, e os números são alarmantes!

Os nove meses não pagos referentes à correção das distorções causadas pela implantação do Plano de Carreira atual aos aposentados são um absurdo. A direção e o departamento jurídico do SISMMAC já entraram com uma ação judicial para reverter essa situação. Entretanto, fica claro que o compromisso da gestão do prefeito Gustavo Fruet não é com os trabalhadores. A administração municipal impõe perdas ao funcionalismo público para cumprir com acordos firmados com outra classe, a de empresários e banqueiros.

O quadro geral da rede municipal de ensino hoje é marcado pela falta de inspetores e professores, o fechamento de turmas e, consequentemente, a superlotação das restantes, a ida desorganizada do pré para dentro das escolas, a falta de estrutura das unidades, com refeitórios improvisados e inadequados e quadras poliesportivas implorando por reformas.

As demais carreiras do funcionalismo público de Curitiba enfrentam retiradas de direitos, seja em relação aos novos Planos de Carreira ainda não implantados, seja referente à estrutura e à falta de profissionais no município.

Todos esses fatores significam um grande ataque às condições de trabalho do conjunto dos servidores públicos municipais e a piora da qualidade de serviços como saúde e educação ofertados para os demais trabalhadores da cidade.



Para além de Curitiba

No cenário geral, os ataques também ameaçam a educação e a saúde pública. A proposta do governo federal é de retirar as verbas da educação e da saúde a nível federal, estadual e municipal, impondo um teto para esses investimentos.

O conjunto da classe trabalhadora sofre com problemas de ordem parecida com os que enfrentamos na rede municipal de ensino. A proposta da Reforma da Previdência também assola os trabalhadores do setor privado, para além dos arrochos salariais, demissões, e retirada de direitos como um todo (confira o texto que produzimos sobre o cenário nacional na página 4).

Precisamos reverter este quadro e lutar por nossos direitos! Um dos exemplos dados pelo próprio magistério em 2016 foi a luta pela aposentadoria. No início do ano, a Prefeitura atrasou a concessão da aposentadoria dos profissionais do magistério que já haviam cumprido os requisitos para se aposentar e entrado com o pedido. As professoras da rede arregaçaram as mangas e foram em peso cobrar a administração municipal. A pressão surtiu efeito e a gestão Fruet teve que ceder.

O que não faltam são exemplos, nossos e dos demais trabalhadores, de que quando estamos juntos, organizados e lutamos por nossos direitos conseguimos arrancar conquistas!

Resistência: mobilização nos dias 8, 9 e 10 de junho

Vivemos tempos em que é fundamental lutar contra a retirada de direitos. Por isso, a maior instância de decisão da categoria, a assembleia geral, deliberou por uma ação de mobilização nos locais de trabalho, nos dias 8, 9 e 10 de junho!

A conta da crise não é nossa! Venha se somar à essa luta contra a retirada de direitos e os ataques sofridos pelos trabalhadores a nível local e nacional!

Reúna o coletivo de professores da sua escola, converse sobre a importância dessa mobilização e organize uma foto de todos com a camiseta da nossa Campanha de Lutas de 2016. Vamos agitar o chão da escola, nos unir e partir pra organização e mobilização do nosso local de trabalho. Não podemos aceitar os últimos acontecimentos calados!

O Conselho de Representantes de junho irá definir mais ações de mobilizações contra os ataques sofridos pelo conjunto da classe trabalhadora. Fique atento e converse com o representante da sua unidade para saber quais serão as próximas atividades. Também iremos divulgar pelo site, página do Facebook e lista de transmissão do WhatsApp do SISMMAC. Juntos somos mais fortes!

Pauta Geral de Reivindicações é aprovada

Assembleia geral do magistério, que ocorreu no dia 24 de Maio, aprovou a Pauta Geral de Reivindicações das professoras e professores da rede. Ao todo, são 93 itens que compõem os 13 eixos do documento. O documento, que completa a Pauta Prioritária da categoria, foi protocolado nas secretarias municipais de Educação e Recursos Humanos e também no gabinete do prefeito no dia 30 de maio.

A direção do SISMMAC reivindica que os itens que compõem a Pauta Geral de Reivindicações sejam negociados com a administração municipal nos meses de junho e julho. Até o fechamento dessa edição do jornal Diário de Classe, a gestão Gustavo Fruet ainda não havia se manifestado quanto ao calendário de negociações.

Esse ano, a Pauta foi construída de maneira diferente, dando tempo para que as reivindicações fossem discutidas e aprofundadas com mais qualidade em nove encontros específicos realizados nos meses de abril e maio. Com isso, a Pauta Geral de Reivindicações do magistério foi discutida em sua totalidade com quem realmente sente as dificuldades decorrentes da falta de condições de trabalho, de estrutura e de recursos no chão da escola.

É importante unirmos as reivindicações específicas de cada área de atuação em uma grande luta geral! Esses itens representam a melhoria das condições de trabalho para o conjunto dos profissionais do magistério! Confira abaixo os principais itens de cada segmento:

EDUCAÇÃO ESPECIAL

- ▶ Pagamento de Gratificação de 50% para todos os profissionais que atuam na Educação Especial em escolas, classes especiais, salas de recursos, CMAEs, entre outros

6º AO 9º ANO

- ▶ Implantar a jornada de trabalho de 20 horas-aula semanais
- ▶ Suspender o fechamento de turmas nas escolas de 6º ao 9º ano

EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Garantir 33,33% de hora-atividade para todos os profissionais

PEDAGOGAS

- ▶ Revisão do Decreto 762/2001
- ▶ Alteração da portaria de dimensionamento das pedagogas

EDUCAÇÃO INTEGRAL

- ▶ Aumentar o número de inspetores das escolas e unidades que ofertam educação integral e contratar, através de concurso público, profissionais capacitados para o atendimento no horário de almoço
- ▶ Melhoria da estrutura das unidades

GERAIS

- ▶ Ampliação do investimento em educação pública de, no mínimo, 35% do orçamento
- ▶ Fim das terceirizações
- ▶ Revisão da lei de eleição de diretores das escolas e eleições diretas para escolha de diretores de CMEIs e CMAEs
- ▶ Regulamentação do RIT para que o professor receba salário nas férias e no recesso

DIA DO ORGULHO GAY

Fernando Uchoa



Data relembra um momento importante da luta dessa fatia da nossa classe

No mundo inteiro, tradicionalmente celebra-se o Dia do Orgulho LGBTT no dia 28 de junho. Neste mesmo dia, no ano de 1969, ocorreu, na cidade de Nova York, o que veio a ser conhecido como a Rebelião de Stonewall, em referência ao nome de um bar que era, e ainda é, frequentado por Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTTs) e que sofria repetidas batidas policiais, sem justificativas, em ações de bastante truculência e preconceito da polícia. Naquela noite, os clientes se revoltaram contra as autoridades. Os enfrentamentos que seguiram duraram três dias e se tornaram um marco na luta pela igualdade de direitos de LGBTTs.

Um mês após a revolta, foi feita a 1ª Parada do Orgulho Gay. A comunidade LGBTT marchou pelas ruas da cidade, demonstrando que não estava mais disposta a aceitar essa opressão e que exigiria os mesmos direitos de toda a população. Desde então, esta data é celebrada por meio de paradas e outros eventos culturais, numa expressão de orgulho de assumir publicamente a orientação sexual e identidade de gênero LGBTT.

No mês de maio, consolidou-se também outra data que compõe a agenda dessa discussão, o dia 17, que é o Dia Internacional de Combate à Homofobia, Lesbofobia e Transfobia. Neste dia, no ano de 1990, a Organização Mun-

dial de Saúde (OMS) retirou da lista internacional de doenças o *homossexualismo*. Esse termo hoje é considerado pejorativo por conta do sufixo "ismo", referente a doença, que foi substituído por "dade", relativo ao modo de ser. O homossexualismo tinha sido incluído no Código Internacional de Doenças (CID) em sua 6ª Revisão, em 1948, caracterizado como desvio sexual. Depois de muita pressão, especialmente dos profissionais da psicologia, a OMS retirou esse termo da lista de doenças.

APESAR DOS AVANÇOS, DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO PERSISTEM

Cada país e cultura trata na prática a questão da homossexualidade de maneira diferente, com menor ou maior

grau de violência ou exclusão. No Brasil, existe um projeto de lei em debate, o PLC 122, sobre a criminalização da homofobia, que tramita desde 2006, mas está longe de ser aprovado. O casamento civil igualitário ocorre na prática desde 2011, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a equiparação da união homossexual à heterossexual. Dois anos depois, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu que os cartórios brasileiros são obrigados a celebrar casamento entre pessoas do mesmo sexo, e que não podem se recusar a converter união estável homoafetiva em casamento. Apesar disso, tem crescido nos últimos anos uma onda conservadora a esse respeito, como vimos nos debates dos Planos Nacional e Municipal de Educação.

Por outro lado, mais de 70 países no mundo ainda criminalizam a homossexualidade.

Segundo o relatório anual da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (ILGA), a pena de morte para o segmento é adotada no Irã, na Arábia Saudita, no Iêmen, na Nigéria e em Uganda. Na Argélia, os homossexuais estão sujeitos a até dois anos de prisão e pagamento de multa. Na Rússia, entrou em vigor em 2013 uma lei que proíbe qualquer tipo de publicidade que faça referência positiva à homossexualidade.

AVANÇAR NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE LIVRE DA EXPLORAÇÃO E DA DESIGUALDADE

O racismo, o machismo e as diversas formas de preconceito em relação à orientação sexual são exemplos de diferenças humanas que são transformadas em desigualdades. A luta contra essas opressões deve ser parte integrante da luta geral da classe trabalhadora contra essa forma de viver que se sustenta sobre a nossa exploração. Apenas em uma sociedade em que tenhamos nossa sobrevivência garantida de forma fraterna, na qual não precisemos concorrer entre nós para nos manter vivos, é que estarão lançadas as bases para o respeito ao diferente, seja qual for sua expressão.



● 1º de maio de 1980: Passeata rumo à Vila Euclides em São Bernardo do Campo/SP

APOSENTADOS

Simulador do Plano de Carreira para Aposentados vai ao ar

Servidores têm até o final de novembro para fazer a adesão ao novo Plano

Quase um mês após o prometido, os aposentados do magistério finalmente tiveram acesso, no dia 30 de maio, ao sistema que simula a vida funcional conforme o novo Plano de Carreira. Mesmo com atraso, o sistema apresentou erros graves e precisou sair do ar logo no dia seguinte para que as correções fossem feitas. Agora, a categoria já pode utilizar o serviço.



● Mais de 160 aposentadas e aposentados compareceram ao mutirão para esclarecer dúvidas

COMO ACESSAR O SIMULADOR?

Para ter o acesso, é preciso entrar no site do RH24 horas da Prefeitura de Curitiba. Faça o login com sua matrícula e senha. Caso você não possua essas informações, deve solicitá-las junto ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curitiba (IPMC). Após o login, clique no banner que se encontra do lado esquerdo da tela e analise seus dados com calma. Os servidores têm até o final de novembro para fazer a adesão ao novo Plano.

MUTIRÃO PARA ESCLARECER DÚVIDAS NO SINDICATO

Na tarde do dia 31, aconteceu na sede do SISMMAC o primeiro mutirão para tirar dúvidas dos professores aposentados referente ao Plano de Carreira, que contou com mais de 160 presentes. O próximo mutirão acontecerá no dia 23 de junho, às 13h30. **Agende esta data, traga as folhas impressas do simulador e o seu contracheque!**

DESCASO PARA LANÇAR O SIMULADOR

A Prefeitura descumpriu o decreto 285/16, que no seu artigo 2º estabeleceu que o simulador entraria no ar dia 1º de maio. Não há explicação para a falta de responsabilidade e respeito com os servidores que tanto contribuíram para a educação municipal. Isso comprova, mais uma vez, que a administração não se organizou para cumprir os prazos e direitos dos professores aposentados. Temos que manter a atenção e juntos cobrarmos que a administração e o IPMC cumpram suas obrigações firmadas na Lei 14.544/14 e no Decreto 285/16.



● Um novo mutirão será realizado no final do mês na sede do Sindicato

QUEM TE VIU, QUEM TE VÊ

● O *Diário de Classe* possui a seção "Quem te viu, quem te vê", que conta a cada mês, a trajetória e história de vida de uma professora aposentada. A seção é um espaço para que essas trabalhadoras compartilhem suas experiências com o conjunto do magistério.

Uma categoria de idealistas

Professora desde os 17 anos, Eunice Maria de Oliveira Turra olha para o passado e não esconde a paixão pela profissão

Os quase 30 anos lecionando no magistério municipal foram um misto de força e fragilidade, mas tudo valeu a pena. A professora Eunice Maria de Oliveira Turra olha para trás no histórico de lutas e reivindicações desde a década de 1970 e relembra a dificuldade do período, desde a jornada de trabalho que chegava ao sábado à tarde até a extenuante tarefa de completar o registro dos alunos um a um e à mão. No entanto, Eunice está certa de que o esforço

foi recompensado. "Fazendo uma retrospectiva, tudo que acontece hoje tem uma estrutura no passado de pessoas que lutaram muito", afirma.

Embora tenha ingressado no ensino municipal de Curitiba em 1976, Eunice já havia começado na profissão de professora nove anos antes, em Joinville, "no dia em que completei 17 anos", lembra. Para ela, todo educador é um idealista, consciente ou inconscientemente. "Sempre gostei de ser professora, de trabalhar com a formação e o pensamento do ser", revela. Ela ressalta esse contato diário com o aluno como um diferencial: "Claro que o conteúdo de sala de aula é importante, mas isso pode ser encontrado em outros lugares, como uma biblioteca, por exemplo".

Segundo Eunice, o caráter humano da profissão também se reflete na relação entre os membros da categoria, principalmente nos momentos de mobilização. "Às vezes nós estávamos cansadas e até desmotivadas, mas daí olhávamos uma para as outras e nos fortalecíamos. A classe tem essa cumplicidade como característica", opina. Sempre envolvida na luta por direitos desde a época da Associação do Magistério Municipal de Curitiba (AMMC), fundada em 1979 (nove anos antes da criação do SISMMAC), Eunice se sente orgulhosa das conquistas e enaltece o trabalho realizado agora com as aposentadas: "Continuamos atuantes!", garante.

● Se você é professor aposentado da rede municipal de Curitiba e ainda não participa do Coletivo de Aposentados do Sindicato, organize-se para acompanhar as reuniões que acontecem na última quinta-feira do mês, às 14h, na sede do SISMMAC! Esse é um espaço importante, que ajuda a manter a categoria unida e mobilizada mesmo após a sala de aula.



● Eunice (à esq.) conta que sempre gostou muito de ser professora e ressalta a cumplicidade da categoria



GIRO PELA EDUCAÇÃO

Greves e ocupações se espalham pelo Brasil

Professores e estudantes secundaristas unificam luta em quatro estados para enfrentar cortes de verbas e ameaça de privatização

Desde setembro do ano passado, quando começou a onda de ocupações em São Paulo, mais de 500 escolas já foram ocupadas em sete estados do Brasil.

Os secundaristas lutam por democracia e infraestrutura para as escolas, contra os cortes de investimentos na educação e contra as ameaças de privatização. Em estados como Ceará, Mato Grosso, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, os estudantes declaram apoio e se unem à luta de seus professores e servidores, que estão em greve junto com outras categorias dos serviços públicos estaduais.

Conheça as reivindicações que mobilizam a educação pelo país

▶ 16 escolas ocupadas no MATO GROSSO

Ocupações tiveram início no dia 22 de maio contra o projeto que entrega à iniciativa privada a gestão de 76 escolas estaduais, por meio de parceria público-privada (PPP). Professores estaduais estão em greve desde o último dia 30.

▶ 66 escolas ocupadas no CEARÁ

Estudantes reivindicam melhorias na estrutura das escolas, mais verba para a merenda escolar e passe livre no transporte público. Professores estaduais estão em greve desde último dia 25 de abril.

▶ GOIÁS

28 escolas ocupadas, entre dezembro e fevereiro de 2016, contra o projeto de privatização que entregaria a gestão de escolas para a iniciativa privada por meio de Organizações Sociais (OS).

▶ 60 escolas ocupadas no RIO DE JANEIRO

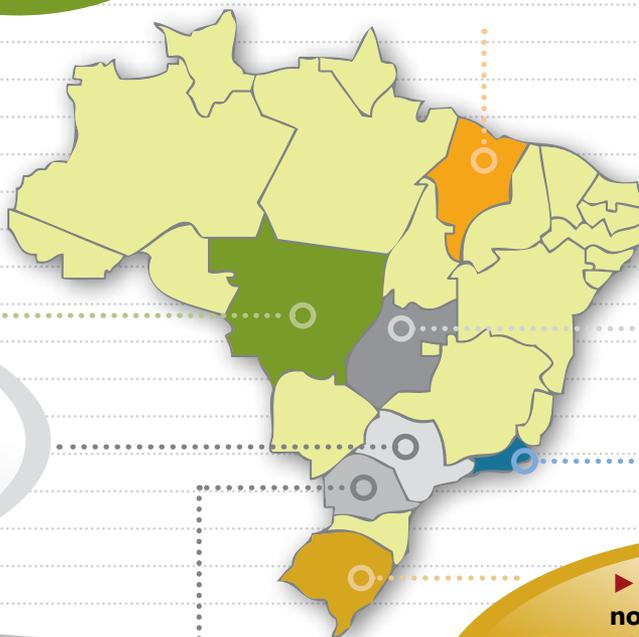
Os estudantes enfrentam pressão do governo para desocupar as escolas, com uso de repressão policial. Os alunos reivindicam eleição direta para diretores, mudanças no sistema de avaliação e apoiam a greve dos professores iniciada no dia 2 de março.

▶ **SÃO PAULO:** 213 escolas foram ocupadas em 2015 contra o projeto de reestruturação que propunha o fechamento de escolas. Em maio de 2016, 13 escolas técnicas foram ocupadas contra a precarização e o desvio da verba destinada para a compra de merenda.

▶ **PARANÁ:** Três escolas foram ocupadas em Maringá, entre os dias 18 e 30 de maio, para cobrar melhorias na estrutura das escolas e na qualidade da merenda. As ocupações foram suspensas com o compromisso do governador Beto Richa de divulgar em 15 dias os resultados da Operação Quadro Negro, que investiga desvios nas verbas na construção de escolas.

▶ 158 escolas ocupadas no RIO GRANDE DO SUL

Os estudantes reivindicam melhorias na estrutura das escolas e a retirada do Projeto de Lei 44/2016, que visa privatizar a educação pública através das Organizações Sociais (OS). Também exigem o fim do parcelamento dos salários dos professores, em greve desde o dia 16 de maio.



Perseguição na PUCPR

Universidade afastou nove professores em represália a publicação em jornal sindical

APontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) afastou nove professores por causa de uma publicação do

Sindicato dos Professores do Ensino Superior de Curitiba e Região Metropolitana (Sinpes) que questionava demissões e a redução de carga horária de profissionais na instituição. Em nota, a PUCPR admite que o afastamento é motivado pela publicação que supostamente teria ofendido a "honra e boa fama" da instituição.

O SISMMAC manifesta seu repúdio a essa evidente perseguição que busca silenciar e coibir o direito de livre organização dos trabalhadores da educação superior!

Centro Acadêmico de Serviço Social da PUCPR



ALÉM DOS MUROS DA ESCOLA

Prefeitura de Araucária oferece só 3% e servidores mantêm Estado de Greve

Gestão do prefeito Olizandro Ferreira (PMDB) propõe apenas um terço do valor reivindicado



● Os servidores de Araucária permanecem mobilizados por aumento do vale-refeição

Após paralisação geral do dia 18 de maio, a administração do prefeito de Araucária Olizandro Ferreira (PMDB) ainda não atendeu às reivindicações prometidas na greve de abril. Os servidores da cidade, que continuam em Estado de Greve, decidiram ocupar o prédio da Prefeitura no dia 19, após o anúncio de que os salários poderiam ser reajustados em apenas 3%.

Com o mote "3% Eu Não Aguento", a categoria exige uma correção no mínimo igual ao valor da inflação para o período, que é próximo do triplo do número apresentado.

De acordo com o Sindicato dos Servidores de Araucária (Sifar), uma nova greve só não é deflagrada agora por respeito à população da cidade. Os servidores também reivindicam um aumento no vale-refeição, cujo valor de R\$ 300 reais está congelado desde 2012. Enquanto a gestão se recusa a negociar uma reposição justa, a luta agora é para que os vereadores de Araucária indiquem as sobras orçamentárias da Câmara Municipal para a reposição de inflação do vale.

O SISMMAC acompanha a luta dos servidores de Araucária e apoia a união dos trabalhadores contra a retirada de direitos!

Servidores de São José dos Pinhais na luta por reposição salarial

Enquanto categoria pede reposição justa, Prefeitura gasta R\$ 60 milhões com comissionados e terceirizados

A mobilização continua em São José dos Pinhais pelo reajuste salarial dos servidores públicos da cidade. O prefeito Luiz Carlos Setim (DEM) fez uma proposta de aumento de 9,83%, porém parcelado: o reajuste de 5% valeria já a partir de maio, mas os demais 4,83% seriam incorporados somente em novembro. Os servidores decidiram em assembleia que não aceitarão correção abaixo da inflação (a proposta anterior era de 8%), nem parcelamento.

Devido ao impasse, os trabalhadores, a exemplo do que ocorreu em Araucária, resolveram ocupar a Câmara dos Vereadores, e em seguida o prédio da Prefeitura para protestar contra a fragmentação do aumento.

Enquanto servidores sofrem para conseguir reposição justa, a administração da cidade gasta mais

de R\$ 60 milhões por ano com comissionados e terceirizados. Apenas em terceirizações da área da saúde, foram gastos mais de R\$ 40 milhões em 2015. De acordo com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Pinhais (Sinsep), 90% deles recebem até três salários mínimos mensais.



● Trabalhadores de São José dos Pinhais ocupam a Câmara dos Vereadores após proposta abaixo da inflação

Greve geral no Mato Grosso

Protestos começaram quando governador disse que não havia dinheiro para reajuste

Trabalhadores de 28 categorias do funcionalismo público entraram em greve no estado do Mato Grosso. A principal reivindicação é o aumento de 11,28% relativo à inflação desde 2015 no salário dos servidores de diversos setores como saúde, educação e segurança pública. A primeira proposta feita pelo governo do estado para o pagamento da Revisão Geral Anual (RGA) previa o acréscimo de apenas 5% em duas etapas: 2% no mês de setembro e os 3% restantes apenas em janeiro de 2017. Os servidores já rejeitaram a proposição e exigem o pagamento integral ainda neste ano.

De acordo com o

Fórum Sindical, representante de mais de 30 categorias do funcionalismo público do Mato Grosso, diversas categorias aderiram 100% à greve, mas não é possível contabilizar o número exato de trabalhadores mobilizados, uma vez que categorias do sistema penitenciário e do atendimento médico mantiveram 30% da força de trabalho em funcionamento.

Apesar do movimento grevista ter se fortalecido no final de maio, os servidores já têm organizado protestos cobrando o reajuste de salários para as categorias desde o início do mês. No dia 6 de maio, o governador Pedro Taques (PSDB) declarou que não havia dinheiro em caixa para pagar a RGA aos trabalhadores do estado.



● Categorias se unem por aumento justo para este ano no Mato Grosso



INFORME-SE

crédito ????????

Sindicatos cobram pagamento de dívida com o IPMC

O prefeito Gustavo Fruet descumpriu a lei e não paga os repasses do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Curitiba (IPMC) desde agosto de 2015. Agora, quer aprovar uma lei para parcelar a dívida em 60 vezes. Ou seja, pretende arrastar a conta ao longo dos próximos cinco anos, o que afetaria o orçamento das próximas duas administrações.

O SISMMAC já deixou claro que não aceitará que a dívida gerada na gestão Fruet fique de herança para os próximos prefeitos. Segundo o IPMC, o montante soma mais de R\$212 milhões entre agosto de 2015 e abril de 2016. Entretanto, para os sindicatos, o valor pode se aproximar de R\$ 300 milhões com correções. Exigimos que a administração pague o que deve à vista ou ao menos garanta a quitação da dívida até

o final do atual mandato.

No dia 3 de junho, a direção do SISMMAC esteve na Câmara Municipal junto com os outros três sindicatos que representam os servidores municipais de Curitiba. Além de entregar aos vereadores uma análise de todos os problemas da proposta da Prefeitura, os sindicatos pediram que o projeto deixe de tramitar em regime de urgência e solicitaram a realização de uma audiência pública para debater o projeto antes de qualquer votação.

Nossa mobilização será intensa para impedir que o projeto seja aprovado com tratamento! Por enquanto, a proposta tramita em regime de urgência solicitado pela Prefeitura, que prevê prazo máximo de 45 dias para a votação. Entretanto, a tramitação pode ser acelerada se os vereadores aprovarem urgência pela Câmara Municipal.



● Sindicatos protocolaram documento para todos os vereadores da Câmara Municipal, com análise sobre os riscos e problemas do parcelamento



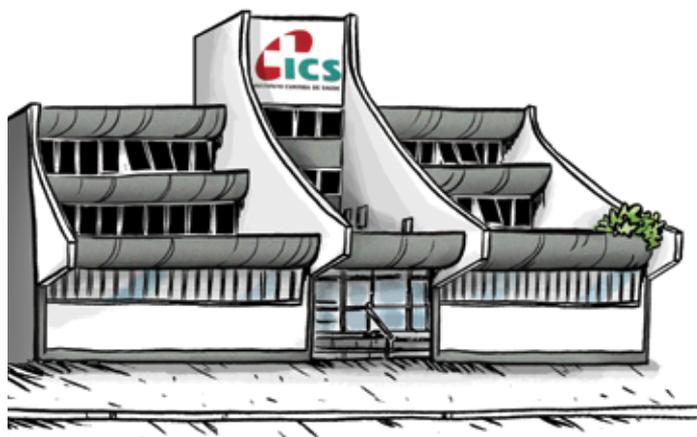
Informe-se e junte-se à luta em defesa do IPMC!

- ▶ Em 2015, a pressão dos sindicatos fez Fruet recuar na ameaça de mudar a Lei 12.821/2008 para reduzir os aportes mensais do Plano de Custeio do IPMC.
- ▶ Ao não conseguir mudar a lei, Fruet passou a descumpri-la. São pelo menos nove meses de calote que ficariam de "herança" para as próximas administrações.
- ▶ O projeto de lei enviado pela Prefeitura não apresenta o valor atualizado da dívida, nem inclui todos os custos que o parcelamento em 60 vezes gerará em juros e correções.

Com a desculpa da crise, Prefeitura também tenta diminuir repasses do ICS

A ameaça de corte de investimentos também atinge a saúde dos servidores. A partir de junho, a administração quer reduzir os repasses do Instituto Curitiba de Saúde (ICS). A primeira medida anunciada é retirar da base de cálculo os servidores que se descredenciaram do ICS a partir de 2012, quando a filiação passou a ser facultativa.

A direção do SISMMAC é contra essa manobra ilegal! A Lei 9626/1999 garante que a alíquota de 3,65% paga pela Prefeitura deve ser calculada sobre toda a folha de pagamento.



MANOBRAS ILEGAIS TAMBÉM QUER INVERTER DÍVIDA COM O ICS

A Prefeitura tem uma dívida de cerca de R\$ 30 milhões com o ICS. A conta é gerada por um rol de 13 procedimentos médicos que a Prefeitura deixou de ressarcir ao ICS, além de não ter pago os programas da saúde ocupacional.

Para se livrar da conta, Fruet quer cobrar o retroativo dos valores que supostamente foram pagos a mais desde 2012. Mesmo sem apresentar dados sobre os números de descredenciamento, a administração alega que os valores chegam a R\$ 30 milhões, o que corresponde ao valor da sua dívida com o ICS.

Não podemos permitir que a administração municipal corte investimentos e precarize ainda mais o nosso atendimento à saúde! No dia 16 de junho, o SISMMAC cobrará medidas da Prefeitura na reunião do Conselho de Administração do ICS!



Veja os ataques estudados pela Prefeitura para diminuir investimento na saúde dos servidores

- ▶ Direção do ICS estuda aumento da alíquota paga pelos servidores.
- ▶ Uma das propostas é igualar o percentual pago pela administração e pelos trabalhadores em 4,04%. Hoje, os servidores contribuem com 3,14% e a Prefeitura com 3,65%.
- ▶ Propõe multa de 30% do valor da consulta para os servidores que faltam aos agendamentos na rede conveniada.
- ▶ Quer passar para o ICS a obrigação de custear os salários dos servidores municipais cedidos ao Instituto.
- ▶ Pretende descumprir a Lei e deixar de pagar a alíquota de 3,65% sobre toda a folha de pagamento.